

UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Antonio Vico Mañas¹
Luiz Fernando Gomes Pinto²
Maria José Coelho³

Resumo: O estado atual do ensino superior no Brasil é a consequência de constantes discussões e mudanças reguladas por órgãos competentes sob a tutela de diversos governos federais. Enquanto os dispositivos consolidam um quadro, com todas as possíveis críticas vindas dos diversos grupos de interesse, o crescimento tem ocorrido e levado à definição de contribuições advindas de sistemas de avaliação e melhoria da qualidade. Em 2017, havia 8,29 milhões de alunos em cursos superiores no Brasil, considerando-se o ensino público e privado, distribuídos em 35.443 cursos de graduação ofertados em 2.448 instituições de educação superior no País (Inep, 2018). Desse total, o número de matrículas na modalidade a distância atingiu quase 1,07 milhão em 2017, o que representa uma participação de 33,3% do total de matrículas de ingressantes no ensino superior. Neste artigo destacam-se os dispositivos publicados e em vigor e apresenta-se o resultado obtido em uma pesquisa de campo desenvolvida em um número relevante de Instituições de Ensino Superior, representadas por seus professores, coordenadores, diretores e componentes das reitorias. Esta pesquisa teve como objetivo possibilitar a análise das contribuições obtidas de fato, nos sistemas de avaliação e sua contribuição para a melhoria da qualidade direcionada para o ensino e aprendizagem do caso brasileiro, considerando cursos oferecidos pela via presencial e especialmente pelo ensino *online*.

Palavras-chave: Avaliação; Qualidade; Ensino; Aprendizagem; Gestão.

Abstract: The current condition of higher education in Brazil is the consequence of constant discussions and changes regulated by competent agencies under the responsibility of several federal governments. While a set of coordinated legal actions consolidate a picture, with all the possible criticisms coming from the different interest groups, the growth has occurred and led to the definition of contributions from quality evaluation and improvement systems. In 2017, there were 8.29 million students in higher education in Brazil, considering public and private education, distributed in 35,443 undergraduate courses offered in 2,448 institutions of higher education in the country (Inep, 2018). Of this total, distance enrollment reached almost 1.07 million in 2017, representing an 33.3% share of total enrollment in higher education. In this article we highlight a set of legal actions published which are in force and are shown the results obtained in a field research developed in a relevant number of Higher Education Institutions, represented by their teachers, coordinators, directors and

¹ Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

² Professor do Centro Universitário Senac.

³ Sócia proprietária da São Paulo Educação e Eventos – SPEE.

rectors components. The purpose of this research was to allow the analysis of the contributions really obtained in the evaluation systems and their contribution to the improvement of the quality oriented to the teaching and learning of the Brazilian case, considering courses offered by the classroom and especially by online teaching.

Keywords: evaluation; quality; teaching; learning; management

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é avaliar os sistemas de avaliação e sua contribuição para a melhoria da qualidade direcionada para o ensino superior no Brasil. O foco mais amplo deste trabalho destaca a necessidade de obter conceitos mesclados com aplicações que venham a identificar, fruto de avaliações distintas e constantes, qual a qualidade obtida pelos estudantes enquanto frequentadores de cursos em Instituições de Ensino Superior - IES.

De acordo com as políticas vigentes, admitidas e avaliadas pelo Ministério da Educação - MEC, encontram-se parâmetros da qualidade mínima requerida. Esses pontos, ao passarem pela avaliação dos outros *stakeholders* envolvidos, passam a identificar posições que ora são vantajosas e ora não o são para aquilo que entende cada parte interessada como de sua responsabilidade e competência.

Ao desenvolver a etapa bibliográfica da pesquisa, encontraram-se esses parâmetros, suas normas e qual o grau de qualidade que representam para quem as avalia ou usufrui. Um dos pontos caracterizados leva a que se disponha de uma concentração de atenção, em especial a publicação em dezembro de 2017 do Decreto nº 9.235, referente à regulação, à supervisão e à avaliação das IES, no qual a inovação foi incluída nos instrumentos de avaliação como um dos fatores de promoção de qualidade do ensino superior.

Estes pesquisadores então, optaram por focar a inovação nas instituições de ensino superior, definindo-a como um dos fatores de importância extrema e que servem para distinguir a qualidade do que é oferecido.

Com base na análise bibliográfica e em uma pesquisa exploratória com enfoque descritivo qualitativo, direcionada para representantes das instituições de ensino superior, verificou-se que as inovações pertinentes ao ensino superior e a aprendizagem, em especial na modalidade presencial, enfatizam o próprio uso das tecnologias da informação e da comunicação, assim como de práticas instrucionais que já são aplicadas em várias instituições de ensino no País.

No entanto, as inovações ou práticas inovadoras relatadas pelos representantes das instituições participantes da pesquisa indicam a implantação de uma nova prática para a respectiva instituição, mas não necessariamente para todo o universo de instituições de ensino, em especial das instituições sediadas em países que estão em um estágio mais avançado em termos de inovação educacional.

O CONCEITO DE QUALIDADE

O desenvolvimento do capital intelectual é um fator estratégico cada vez mais relevante para nossa sociedade, especificamente para as organizações. Cada vez mais voltadas para atividades de serviços, processos criativos, de inovação, novas tecnologias e de

empreendedorismo passam a requer indivíduos capacitados para interagir mais rapidamente, tornando-se, portanto mais produtivos e permitindo a busca de melhores resultados. Grande parte da responsabilidade pelo desenvolvimento do capital intelectual das sociedades, segundo Langrafe e Fischmann (2014, p. 123), é atribuída às atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de ensino superior.

Dentro desse contexto, pode-se avaliar a responsabilidade das IES como enorme e complexa. Os resultados dos processos dessas instituições geram impacto na competitividade dos países em termos econômicos e sociais, melhora na condição de vida de seus cidadãos, há uma certa evolução cultural, melhor distribuição de renda, melhora nos níveis de serviços, etc. São inúmeras as externalidades positivas geradas pelas IES. E para conseguir e compreender esses impactos e otimizar os recursos para conseguir resultados melhores, é necessário avalia-los e medi-los.

Governos demandam informações sobre o desempenho da pesquisa praticada por IE; candidatos a determinado curso demandam informações sobre as condições de oferta e empregabilidade daquele curso; instituições estrangeiras demandam informações sobre a titulação dos professores de uma instituição para decidir sobre uma parceria internacional; e os administradores das IE? Dado o caráter sistêmico da atuação profissional do administrador, há a necessidade de demandar informações de todas as dimensões de uma IES, compreender as informações para promover a evolução do desempenho organizacional.

Nesse quadro, surge a proposição de uma questão. Como administrador, muitas vezes em posição de direção em mantenedoras ou grupos de investimentos, de reitoria, de pró-reitoria, diretoria e de coordenadoria de cursos e programas pode ter ciência das informações necessárias para promover o desempenho das IES?

Passaram a ser usados diversos sistemas de avaliação e quase todas as IES brasileiras passaram a utilizar um sistema de avaliação que fornece indicadores confiáveis sobre as diferentes dimensões das instituições. São muitas as possibilidades e fontes de informações para a constituição de indicadores. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, o SINAES, estabelecido pelo governo federal, provê muitas informações que podem ajudar os administradores a compreender o desempenho de diferentes dimensões das IES.

Muitas vezes considerado pela comunidade acadêmica como um fardo, o sistema é rico em indicadores que podem colaborar com a gestão das instituições de ensino. É possível entender isso a partir de exemplos. Um deles, bastante rico é o índice geral de cursos (IGC) com uma gama de detalhes sobre as instituições e seus cursos, permitindo uma comparação ao longo do tempo consigo próprio e com pares.

É razoável e comum que IESs queiram mais e melhores estudantes, os melhores professores e os melhores funcionários para, assim, conseguir os melhores resultados. O julgamento feito por esses atores sobre determinada instituição é determinante para decidirem se atuarão nela. Para conseguirem captar os melhores, uma prática estabelecida nas instituições é a busca por melhores indicadores dentro do SINAES, como o do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), realizado trienalmente por formandos de determinados cursos, assim como outras fontes de informações comparáveis, entre elas de revistas especializadas ou no cenário de competição global, dos rankings de universidades.

A comparação de dados disponíveis sobre um assunto de interesse geral, pode ser considerado comum em qualquer setor de atividade da economia. Porém, o uso de *rankings* é um efeito polêmico dos processos avaliativos nas IES. Desde o ambiente operacional das instituições (notas de alunos) até os mais elevados (internacionais), há dúvidas sobre a validade e a necessidade de se buscar posições cada vez mais elevadas.

Essas dúvidas são sustentadas pelo argumento de que cada instituição de ensino tem sua própria história, missão, visão e valores, sendo o posicionamento em *rankings* uma possível

diminuição da complexidade das IE a alguns indicadores arbitrários. Como contra argumentação, muitos defendem que os *rankings* estimulam a competição e a busca por indicadores de qualidade e quantidade com patamares superiores, o que é revertido em impactos para a sociedade.

Há ainda que entender-se que, a presença de determinados indicadores pode ser reveladora quanto às tendências de demandas da sociedade e do país. Independentemente da posição do administrador nessa discussão, premissas sólidas são colocadas:

1- a avaliação é essencial; e

2- há necessidade de se compreender e monitorar os indicadores.

E porquê indicadores? Porquê avaliação é essencial? Porque, ao buscar resultados, ao ser, uma organização cobrada, ela precisa saber sobre o que está tratando e para atender a que demandas de que participantes. Ter indicadores significa possibilitar análises de quantidade e qualidade do processo, produto, serviço, que se tem a oferecer, comparando-o com o que já existe e simulando possibilidades que levam a decisões mais próximas de uma certeza.

Avaliar quantidade tem sido uma tarefa mais simples e tem permitido evoluir para avaliação da qualidade, tanto dos próprios indicadores quanto ao que eles apresentam.

Historicamente, diz Oliveira (2011) conhecem-se três eras da qualidade. A era da inspeção. A era do controle estatístico e a era da qualidade total. Obviamente, nos enquadrados nesta última era, apesar de podermos entender que vivamos um período pós-qualidade total, nas organizações que são orientadas como empresariais, a exemplo das IES, mesmo que sejam públicas ou sem fins lucrativos, filantrópicas.

Para que a qualidade total seja desenvolvida e implantada com sucesso é necessário desenvolver uma série de princípios. Quais sejam: a) Total satisfação do cliente; gerência participativa; desenvolvimento de pessoas (recursos humanos); constância de propósitos; aperfeiçoamento contínuo do sistema; gestão e controle de processos; disseminação de informações; autonomia/delegação; assistência técnica; gestão das interfaces com agentes externos; garantia da qualidade.

Isso remete a abordagens distintas da qualidade. O conceito de qualidade depende do contexto em que é aplicado, podendo-se considerar diversas percepções em relação à qualidade, em face da subjetividade e complexidade de seu significado. Garvin (1992) identifica cinco abordagens para a definição da qualidade: transcendental, fundamentada no produto, fundamentada no usuário, fundamentada na produção e fundamentada no valor.

Apesar dessas abordagens, entende-se que uma IES atua com serviços e portanto, trata de qualidade em serviços. A qualidade total aplicada ao setor de serviços está relacionada com o fornecimento do produto “serviço” com qualidade superior aos clientes, proprietários e funcionários. Com esse conceito, percebe-se que a análise não deve ser limitada aos clientes externos. É necessário levar em consideração todos os indivíduos da cadeia (rede) administrativa – funcionários e administradores-, ressaltando a importância de cada um na conquista do objetivo comum, que é a qualidade.

A área de prestação de serviços envolve a produção de serviços propriamente dita e a estruturação de métodos. Ao contrário do caso industrial, não há possibilidade aqui de se separar, com nitidez, o processo produtivo da prestação do serviço – ambos se confundem. Dessa forma, no ambiente de prestação de serviços, a gestão da qualidade centra-se fundamentalmente na interação com o usuário. É nesse processo interativo que a qualidade aparece.

Esses contatos com os clientes são também chamados de momentos da verdade. São situações em que o cliente entra em contato com algum aspecto da organização e obtém uma impressão de seus serviços. Logo, deve-se emendar o máximo empenho para que essa

experiência transcorra de modo a superar as expectativas do cliente e impressioná-lo positivamente, para manter a relação já existente e possibilitar novo relacionamento comercial ou produtivo.

A percepção do cliente ao interagir com o ambiente físico, processos e procedimentos de uma organização formará sua opinião final sobre a transação comercial ou comunicacional e fará que se decida se a experiência é ou não satisfatória. Por esse motivo deve-se buscar constantemente a perfeição nos momentos da verdade, fazendo da qualidade em serviços uma responsabilidade de toda a organização, pois o cliente é a sua força propulsora.

Volta-se, portanto, a uma questão que precisa ser respondida. Afinal, o que é qualidade? Em Vico Mañas (2004) tem-se que, é necessário para obter essa resposta, ouvir diversas opiniões, dentre elas a do administrador de nível hierárquico mais amplo, estratégico. Ouvir o nível hierárquico intermediário e conseqüentemente o de quem faz, o operador. Só não é possível esquecer nessa visão de qualidade, que existem os consumidores, as avaliações de um público que pode ser cliente em potencial ou não.

É possível aceitar que a qualidade passa por diversas fases em sua avaliação. É preciso estar atento a:

- Decisões da alta administração sobre as especificações das características de qualidade, das peças do produto final, do desempenho dos serviços, a serem oferecidos hoje.
- Decisões da administração sobre o planejamento ou não, com antecedência, de um produto ou serviço para o futuro.
- Julgamentos dos consumidores sobre os produtos ou serviços que estão sendo oferecidos.

Nesse sentido, uma organização, qualquer que seja ela, fala sobre sua qualidade pensando no seu cliente, nos seus objetivos, nos seus proprietários, nos seus colaboradores internos e externos.

Qualquer organização, sem grandes esforços, sabe identificar um rumo para sua qualidade, desde que assim queira fazê-lo. Basta que pense, enquanto organização integrada, em aspectos tais como:

- Atendimento às necessidades do cliente (adequação ao uso do produto ou serviço por parte dele); e
- Eliminação de deficiências.

Passa-se a entender a qualidade como algo mensurável e desde que concebido do ponto de vista empresarial do conceito de produtividade. Se um produto ou um serviço encaminha os envolvidos para resultados positivos, é sinal que pode ser mensurado. Se o produto ou serviço está envolvido pelo conceito e/ou busca de custos menores continuando a atender cada vez mais as ansiedades criadas sobre ele, é sinal de que temos mensuração possível.

Havendo possibilidade de mensurar alguma coisa em relação a um objetivo, tem-se uma qualidade decifrável. Busca-se o encontro da produtividade possível ou aumentada para manter essa qualidade. Se em uma análise crítica, encararmos a qualidade como geradora complementar sistemática, perceber-se-á que algo estanque ou contínuo não pode ser tão simples nem antecipar os desejos da clientela. Ter-se-á, sempre, de entender os tentáculos à certeza de que necessidades existirão e que não são conhecidas sequer pelos envolvidos

A motivação pela busca constante de melhoria de produtividade, somada à busca desenfreada pela antecipação, não pode ser engessada por uma qualidade altamente padronizada/normatizada. Há que se promover, flexibilidade, agilidade, contingencialidade, mudança constante, e a busca do novo, não só pela resolução de problemas, mas principalmente pela criatividade, pelo risco de freneticamente alcançar o novo ou no mínimo sair à frente.

O CONCEITO DE QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Considerando que participamos da sociedade do conhecimento, na qual o principal recurso econômico é o capital humano e toda a heterogeneidade do tema proposto, tanto no que se refere à qualidade e, sobretudo à educação superior, que necessitam estar articuladas entre si, além de integradas em todos os seus níveis e segmentos, procura-se manter, neste texto, o espírito acadêmico-pedagógico sempre presente.

Entende-se que a tarefa da melhoria contínua da qualidade na educação superior, embora seja uma discussão bastante antiga, ainda é muito atual e cabe ao governo, aos dirigentes das IES, aos docentes, discentes e até mesmo à sociedade civil acompanhar esse processo e contribuir para sua melhoria.

A educação superior tem por finalidade desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo, formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, incentivar a pesquisa, promover a divulgação de conhecimentos, estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, prestar serviços e promover a extensão aberta à participação da comunidade.

Pode-se ter como concordância neste artigo, que por ensino, tem-se a relação que envolve o professor (transmissor), o aluno (receptor) e os conhecimentos (mensagens). O termo educação remete a um processo socializador que visa possibilitar ao indivíduo sua adaptação ao meio social, mediante valores universais e específicos, ensejando também, por sua dinâmica, a constante mudança e transformação da sociedade.

Ferramentas e conceitos vem para compor essas especificações, por exemplo metodologias ativas, aprendizagem, entre tantas outras, mas a seguir ao utilizar o termo educação, nos proporciona uma perspectiva de cunho bem mais abrangente, num contexto também bastante amplo.

A permissão de um crescimento quantitativo deve ocorrer, sobretudo, dentro de padrões mínimos de qualidade. Aperfeiçoar mecanismos de controle qualitativo deve ser a preocupação constante, uma vez que apenas disponibilizar vagas não representa concomitante melhoria no ensino superior e aqui enfatizamos o caso brasileiro, muito embora a melhoria qualitativa possa estar ocorrendo, o que é desejável e extremamente necessário ao desenvolvimento do país, talvez não o esteja num patamar esperado.

É preciso considerar que a atitude avaliativa é intrínseca ao ser humano. As comparações são inevitáveis, embora seja necessário ter em mente que avaliar por avaliar não leva a absolutamente lugar algum.

É necessário que se avalie. É necessário para que se obtenham os resultados e estes sejam utilizados como importantes feedbacks, que sirvam de retroalimentação para todo o processo. A avaliação não pode ser um fim em si mesma, pois esvaziaria a sua relevância.

As IES e seus cursos tem passado a ser mais flexíveis. Procuram destacar-se da concorrência e a qualidade é o ponto nevrálgico. A métrica de avaliação tem um padrão estabelecido, mas abre a perspectiva de uma avaliação institucional que passa a ser um importante instrumento de transformação, auxilia na identificação de problemas e muitas vezes, apresenta soluções para eles. Sua implantação não é simples, como não o é qualquer mudança cultural. As resistências são naturais, porém, um trabalho bem-feito com todos os envolvidos, e nesse tipo de avaliação todos são envolvidos, pode auxiliar na quebra de paradigmas.

Instituições de ensino superior devem ser administradas como se estivessem sendo geridas por qualquer outra organização, principalmente porque os resultados que apresentam para a sociedade denotam sua grande importância.

A sala de aula, não importa se presencial ou online deve ser muito mais um laboratório de construção de novos conhecimentos do que uma tribuna de reprodução de conhecimentos já cientificamente comprovados. Diz Pereira, R. da S. (2004), que hoje sabemos que avaliar o aluno pela sua capacidade de memorização é um meio tão ineficaz quanto avaliar um docente pelo mesmo critério. Adequação, garantia de cooperação, sistemas transparentes de avaliação auxiliam a preservar e melhorar a qualidade.

Um grande avanço foi a utilização das tecnologias na educação. Surgidas na década de 1960 com filmes sobre ambientes escolares, posteriormente com a televisão educativa, os videocassetes e os computadores nos anos 1970, incluindo-se as teleconferências e os sistemas de ensino por meio de inteligência artificial. Ocorre que análises têm demonstrado que a utilização dos novos meios (recursos) não tem sido absorvida tão rapidamente quanto sua criação e, quando utilizados, às vezes fogem aos fundamentos filosóficos e psicopedagógicos que os orientam, sendo usados muitas vezes indiscriminadamente, fora de contexto ou sem o mínimo de coerência com a aula proposta.

A evolução qualitativa é bastante grande quando comparamos a educação superior atual com o cenário de pouco mais de 20 anos atrás. A própria utilização de projeções em tela do conteúdo preparado pelo professor, contido em uma tecnologia (disquete ou transparência) evidencia que o professor hoje precisa estar bem mais preparado, pois, não necessitando transcrever no quadro-negro (ou verde, ou ainda branco) seus conhecimentos que posteriormente deveriam ser copiados pelos alunos no caderno, faz das aulas algo somente para explicações, conferindo maior dinamismo e participação dos estudantes, além de que o conhecimento destes, atualmente é bem maior que os dos de antigamente, uma vez que as informações chegam rapidamente a todos os lugares, por meio de meios de comunicação diversos e sobretudo pela internet.

Deve-se considerar que os estudantes da atualidade questionam muito mais que os de antigamente. A distância entre professor e aluno foi reduzida, embora o respeito deva continuar sendo uma constante de mão dupla. Atualmente existe maior diálogo entre docentes e discentes, o que não ocorria com tanta frequência em um passado não muito distante.

A criação de disciplinas com ementas abertas, tais como seminários e tópicos avançados, proporciona a abordagem de temas emergentes, podendo ser renovadas a cada ano ou semestre, propiciando, inclusive, o convite a palestrantes externos, que trazem sua contribuição

Para a disciplina, permitindo ao aluno a possibilidade de ter várias visões sobre um mesmo assunto, em uma análise mais crítica. O maior acesso aos laboratórios, à internet, facilitando pesquisas secundárias, a inclusão de disciplinas como jogos, em que simulações de situações específicas incentivam o alunado a pensar para poder tomar decisões, tal como ocorrerão em sua vida profissional, com alto grau de variabilidade, rapidez e competitividade, simulando situações, trazendo para a sala de aula (presencial ou online) um pouco do que ele vivenciará ao formar-se, também elevam a qualidade da formação dos alunos.

A inserção de estudos de casos, as técnicas como o PBL, também demonstram um fator perceptível de melhora na qualidade dos cursos superiores. Com eles, pode-se fazer os estudantes refletirem sobre decisões, comparando seu raciocínio ao dos demais colegas, em uma troca de informações que oxigena e enriquece o aprendizado.

Diz Pereira, R. da S. (2004) que essa flexibilidade vem sendo conquistada na medida em que Diretrizes Curriculares vão sendo aprovadas e homologadas pelo Conselho Nacional de Educação, deixando a cargo da própria instituição maior responsabilidade pelo ensino que oferece. A lógica darwiniana do mercado se incumbe da seleção natural, fazendo que a busca por melhor qualidade seja uma constante.

A qualidade nas IES deve ser entendida, como em qualquer outra área, como uma filosofia a embasar a gestão educacional, em um processo sistêmico que envolva todos os níveis hierárquicos.

Por tratar-se de questão estratégica, todo o contexto deve ser analisado, em um pensamento mais abrangente e complexo, discutindo-se o ambiente interno e externo, desde a aprovação dos candidatos no processo seletivo até o acompanhamento dos seus egressos e não somente em parte do processo ou no final dele.

A utilização do capital intelectual da instituição e de contemporâneas tecnologias informacionais devem ser efetivamente adequadas em prol da melhoria contínua da qualidade.

Toda instituição deve trabalhar para a obtenção de um padrão de qualidade que supere as expectativas e necessidades dos clientes, extrapolando as avaliações de exigências legais. Qualidade não é mais assunto para um único departamento; todos precisam estar envolvidos no processo.

É preciso considerar relacionamento com fornecedores, gestão de pessoal e qualidade do serviço prestado ao cliente, em certa convergência evolutiva às questões de responsabilidade socioambiental, em um conceito bem mais abrangente sobre a atuação ética de instituições e sua relação com seus stakeholders.

Transferindo o conceito de stakeholder do cenário empresarial para o educacional, facilmente pode-se perceber a abrangência de nossa responsabilidade, ao lidar com docentes (entre outros funcionários), discentes, comunidade, governo e fornecedores, incluindo aqui editoras, meios de comunicação, etc. Ressalta-se que, no caso dos discentes, os quais não podem ser considerados apenas clientes, mas parceiros, por fazerem parte do processo de construção do conhecimento e, portanto, não somente transmissão/recepção de conhecimentos, a responsabilidade é ainda maior, uma vez que suas ações refletirão a qualidade da formação e dos conhecimentos adquiridos em sua vida pessoal e profissional, que será refletida em tantas outras atividades e pessoas. Outro aspecto de relevância para a melhoria da qualidade na educação superior é que conceitos de responsabilidade social estão sendo agregados aos critérios de avaliação das IES, e as comissões incumbidas de visitá-las devem levar em consideração os projetos e práticas comunitários que envolvem docentes e discentes, ampliando a transmissão de conhecimentos técnicos, transmitindo também conceitos sobre valores e aplicando-os na prática, com estímulo ao trabalho social dos estudantes com a comunidade e conceitos teóricos inseridos nos conteúdos e disciplinas dos cursos.

É importante considerar também a existência de vulnerabilidade dos métodos de avaliação da qualidade na educação, em função da grande subjetividade que a envolve. Em educação não há “pacotes prontos”, manuais a serem seguidos, porque cada aluno é um indivíduo que se diferencia dos outros e cada grupo (classe/escola) é uma situação única encontrada pelo professor ao adentrar a classe. Nesse sentido, não há duas aulas, mesmo que ministradas pelo mesmo professor, que sejam iguais, pois a interação da classe conduzirá para abordagens distintas, mais ou menos aprofundadas sobre determinado tema.

É preciso preparar para o futuro, uma vez que, ao saírem da universidade, os alunos, talvez já encontrem a realidade modificada em termos de inovações tecnológicas.

Natural pensar que nem sempre existem nas IES, públicas ou privadas, a mesma tecnologia de ponta e nem é possível imaginar que são aquelas existentes nas empresas, mas são os estudantes que hoje são preparados que atuarão nessas mesmas organizações no futuro. E lá, mais que nas IES, precisarão ser muito criativos e flexíveis, pois o mundo já não é mais tão linear e previsível, apresentando-se cada vez mais complexo. Na verdade, prepara-se jovens para atuarem em um mundo que não se sabe exatamente como será, não há como prever com grande certeza o futuro.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil, em 2017, haviam 2.448 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 296 instituições públicas (22,1%) e 2.152 privadas (87,9%). Em termos de organização acadêmica, 199 eram universidades (8,1%), 189 (7,7%) Centros Universitários, 2020 (82,5%) faculdades e 40 (1,6%) Institutos Federais ou Centros Federais de Educação Tecnológica. Vale ressaltar que 53,6% das matrículas da educação superior estão concentradas nas universidades. Em contrapartida, apesar do alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 25% dos estudantes (Inep, 2018).

Do total das 296 IES públicas, 41,9% são estaduais, 36,8% federais e 21,3% municipais. A rede pública participa com 24,7% (2.045.356) no total de matrículas de graduação. Das 199 universidades, a maioria delas são públicas (53,3%), sendo que ao redor de 60% das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação.

Entre as IES privadas, predominam as faculdades (87,3%), as quais representam apenas 25% das matrículas. As IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.241.307) no total de matrículas de graduação.

Com relação ao número de ingressantes, entre 2007 e 2017, o número de ingressos variou positivamente 19,0% nos cursos de graduação presencial e 226,0% nos cursos a distância. Em 2017, houve um crescimento de 8,1% em relação a 2016 no número de ingressantes, ocasionado, principalmente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 27,3% entre esses anos, enquanto nos cursos presenciais houve um acréscimo de 0,5%.

Em termos de modalidade, entre 2007 e 2017, as matrículas de cursos de graduação a distância (*e-learning*) aumentaram 375,2%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 33,8% nesse mesmo período. As matrículas em cursos de graduação presencial diminuíram 0,4% entre 2016 e 2017. Em contrapartida, na modalidade a distância, houve um aumento de 17,6%.

Nos cursos na modalidade *e-learning*, mais de 46% das matrículas são de cursos tecnológicos. Entre 2007 e 2017 as matrículas na modalidade *e-learning* cresceram mais de 586% em relação à variação positiva de 54,1% no número de matrículas de cursos presenciais no mesmo período. As matrículas em cursos de graduação presenciais de grau tecnológico mantêm a tendência de queda registrada desde 2013.

O Brasil gasta com educação pública cerca de 6,0% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico gastam, em média, 5,5% do PIB. Em 2017, o Brasil investiu R\$ 117,2 bilhões em educação, sendo R\$ 75,4 bilhões com educação superior, que representa 64% do investimento total em educação e 5,3% da receita corrente líquida do País (Estadão, 2018).

Em 2016, o mercado de educação superior privado apresentou um faturamento de R\$ 54,9 bilhões, considerando-se os cursos nas modalidades a distância e presencial (Folha, 2017). As dez maiores instituições de ensino superior privadas possuem 42,2% de

participação do total de matrículas. Dessas instituições, destacam-se o Grupo Kroton, que detém a primeira posição com 14,4% das matrículas com as instituições Anhanguera, Unopar, Fama, Pitágoras e Uniderp. A Estácio, incluindo-se a Uniseb, que ocupa a segunda posição com 7,2% das matrículas. E a Laureate, quarta no ranking com 4,1% das matrículas, que é proprietária também das instituições Anhembi Morumbi, FMU e UniNorte.

AS DIRETRIZES DE QUALIDADE PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A expansão da educação superior no Brasil é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para o período de 2014 a 2024. O PNE é composto por 20 metas que contemplam desde metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, a metas que enfocam o ensino superior, que em geral são de responsabilidade dos governos federal e estaduais (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino [SASE], 2014).

A meta 12 do PNE é elevar, até 2024, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos” (SASE, 2014, p. 13). No entanto, segundo dados de 2015, apenas 18,1% das pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos estavam no ensino superior, o que implica que para alcançar a meta do PNE é necessário aumentar o número de alunos em aproximadamente três milhões (Inep, 2017a).

Para que a expansão da educação superior no Brasil ocorra dentro de padrões de qualidade, em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições por meio de políticas públicas educacionais da educação superior direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 (Inep, 2017c).

Para ofertar educação superior, as faculdades privadas devem solicitar ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Sinaes, o seu credenciamento e posteriormente devem se submeter a processo avaliativo para obter o credenciamento, necessário para a continuidade da oferta (Inep, 2017c).

Depois de credenciada, para poder ofertar um curso de graduação, as faculdades devem solicitar autorização para cada curso. Depois de autorizado, passados cinquenta por cento do período de integralização, os cursos passam pelo ato de reconhecimento, que possibilitará a Instituição de Ensino Superior emitir diplomas aos graduados. Posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta (Inep, 2017c).

Para realizar tais atos autorizativos, há instrumentos distintos, os instrumentos de avaliação externa para credenciamento das instituições de ensino superior e os instrumentos para autorização e reconhecimento de cursos superiores de graduação. Esses instrumentos avaliam três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Ao final da avaliação do curso é gerado o Conceito de Curso, graduado em cinco níveis (conceitos de 1 a 5), cujo conceito 3 indica qualidade satisfatória, conceitos abaixo de 3 indicam qualidade insatisfatória e conceitos entre 4 e 5 indicam que a IES ou o curso avaliado superam a qualidade satisfatória (Inep, 2017c, 2017c).

É importante destacar que em 31 de outubro de 2017 foram publicados as Portarias 1.382 e 1.383, relativa aos instrumentos de avaliação de cursos de graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a

distância. Com a nova portaria, há objetos de análise distintos nos instrumentos de avaliação para avaliar os cursos de graduação presencial e para avaliar os cursos a distância. Além disso, os pesos atribuídos a cada uma das três dimensões também sofreram modificações, apresentando pesos distintos para o ato de autorização e para os atos de reconhecimento e renovação (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino superior no Estado de São Paulo [SEMESP], 2018).

Para o ato de autorização de curso, o peso da dimensão organização didático pedagógica aumentou de 30% para 40%; por sua vez, o peso da dimensão do corpo docente e tutorial foi diminuído de 30% para 20%; e o peso da infraestrutura manteve-se em 40%. Em contrapartida, para os atos reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso o peso da dimensão organização didático pedagógica foi reduzido de 40% para 30%; o peso da dimensão do corpo docente e tutorial aumentou de 30% para 40%; e o peso da infraestrutura manteve-se em 30%. Essas novas proporções para o cálculo do conceito de 1 a 5 permitem levar em consideração o contexto do ato autorizativo. Nos atos de autorização de curso, o corpo docente e tutorial ainda não está formalmente estabelecido, usualmente regido por uma carta de intenções de ambas as partes, entre a instituição de ensino e do docente (SEMESP, 2018).

É importante conhecer também os referenciais de qualidade específicos para a modalidade a distância (*e-learning*), visto que a ampliação da oferta de cursos nessa modalidade tem contribuído para ampliar a oferta de cursos superiores no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007 circunscrevem os referenciais de qualidade para a educação a distância (Secretaria de Educação a Distância, 2007).

Os referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância compreendem categorias que envolvem aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Com relação aos aspectos pedagógicos, vale destacar que o uso inovador da tecnologia aplicado a educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento.

A interatividade entre professores, tutores e estudantes é um aspecto importante para garantir a qualidade de um curso a distância. O estudante deve ser o foco do processo educacional e a interação deve ser apoiada em um adequado sistema de tutoria e de um ambiente computacional que permita a cooperação entre os estudantes, propiciando a formação de grupos de estudos e comunidades de aprendizagem.

A estruturação curricular deve ser baseada em interdisciplinaridade e contextualização, de forma que se possa perceber não somente como os conteúdos curriculares estão relacionados ao processo de aprendizagem, mas também como se combinam e se interpenetram.

O modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes. Para isso, devem ser articulados mecanismos de avaliação que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), a inovação educacional é um outro fator importante para melhorar os resultados de aprendizagem e a qualidade da educação, tema que será abordado mais especificamente na subseção a seguir.

A INOVAÇÃO COMO INDUTOR DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), com o intuito de ter um parâmetro geral para medir a inovação nos diversos setores econômicos, elaborou o Manual de Oslo com quatro parâmetros de inovação: (1) implementação de um produto ou serviço novo ou significativamente melhorado; (2) um processo novo ou significativamente melhorado; (3) novas técnicas de marketing; e (4) novos métodos de práticas organizacionais, no ambiente organizacional ou nas suas relações externas.

Para adequar os parâmetros gerais as especificidades da inovação educacional, um estudo do “Centro para Pesquisa Educacional e Inovação” recomenda a inclusão de duas categorias específicas: inovações em práticas em sala de aula e práticas institucionais (OECD, 2014). As inovações em “sala de aula” contemplam três dimensões: práticas instrucionais, recursos educacionais e disponibilidade de recursos para o ensino. As práticas institucionais compreendem políticas educacionais e os tomadores de decisão da organização (reitores, diretores, conselhos). Contemplam práticas que podem afetar os alunos diretamente, como a disponibilização de programas especiais, ou indiretamente, por meio de novas práticas organizacionais ou de gestão dos recursos humanos, ou novos meios de engajamento ou relacionamento com os pais dos alunos.

De acordo com o SEMESP (2018), os novos instrumentos de avaliação externa para credenciamento de instituições de educação superior, assim como para autorização e reconhecimento de cursos de graduação, favorecem a inovação nas instituições de ensino superior (IES). O SEMESP elaborou uma avaliação comparativa de nuvens de palavras e relatórios estatísticos dos dados de linguagem coletados dos instrumentos de avaliação externa publicados em 2015 e 2017. A palavra “inovação” pela primeira vez está presente no instrumento de avaliação externa, são 16 citações no novo instrumento publicado em 2017 contra nenhuma do antigo instrumento publicado em 2015. A “aprendizagem”, que também aparece como “ensino-aprendizagem”, é outra palavra que se destaca na análise. Enquanto a palavra “aprendizagem” não foi utilizada nenhuma vez no instrumento publicado em 2015, aparece 53 vezes no novo instrumento publicado em 2017.

Nos glossários dos novos instrumentos de avaliação institucional externa presencial e a distância para credenciamento e reconhecimentos de cursos aparece o termo “inovação tecnológica”, que trata do processo de invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia, melhorando e facilitando a vida ou o trabalho das pessoas. Ainda nesse instrumento aparece o termo “ação inovadora”, que está relacionado a “adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para a adaptação inédita a situações que se apresentem” (Inep, 2017c, p. 33).

No glossário do novo instrumento de avaliação institucional externa para autorização de curso de graduação presencial e a distância publicado em 2017 (Inep, 2017b, p. 52), aparece o termo “práticas exitosas ou inovadoras”:

São aquelas que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, tendo como consequência o êxito do objetivo desejado. Podem ser também inovadoras quando se constatar que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso.

Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar.

Como citado na seção anterior, os instrumentos de avaliação avaliam três dimensões das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Nos objetos de avaliação da dimensão 1, organização didático-pedagógica, para se obter o conceito 5 o curso deve apresentar algum tipo de prática exitosa ou inovadora. No Quadro 1, pode-se observar três objetivos de avaliação cujos critérios de análise indicam obrigatoriamente a presença de inovação para se obter conceito 5: políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa; práticas pedagógicas; e apoio ao discente.

Quadro 1. Objetos de avaliação e critérios de análise para se obter conceito 5.

Objeto de avaliação	Critério de análise (conceito 5)
Indicador 1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso	As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estão previstas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, <i>pressupondo-se práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.</i>
Indicador 1.6 Metodologia	A metodologia, prevista no PPC (e de acordo com as DCN, quando houver), atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática, e <i>é claramente inovadora</i> e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área.
Indicador 1.12 Apoio ao discente	A previsão de apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, e <i>ações inovadoras.</i>

Fonte: Inep, 2017b.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, acompanhada de uma pesquisa exploratória de campo, com enfoque descritivo qualitativo. A coleta dos dados se deu por meio do envio da pesquisa por e-mail a representantes de instituições de ensino de superior (Faculdades, Centros Universitários e Universidades) predominantemente do Estado de São Paulo, em razão de ser a região onde há maior concentração de instituições de ensino superior, assim como por ser a região mais populosa e com maior representatividade no PIB. Vale destacar que, apesar do MEC permitir desde o

final de 2017 a criação de cursos totalmente *on-line* (*e-learning*), no período de realização da pesquisa ainda não havia nenhuma instituição com tal formato.

O questionário contém perguntas fechadas e abertas e foi estruturado com duas seções, sendo uma delas para avaliar as instituições que possuem somente cursos na modalidade presencial e outra seção para aquelas que além da modalidade presencial, possui também a modalidade totalmente *on-line*.

Participaram da pesquisa 31 respondentes, de 19 instituições de ensino superior, sendo 7 delas universidades, 11 centros universitários e 1 faculdade. Das 19 instituições pesquisadas, 16 delas possuem cursos presenciais e na modalidade *on-line*; 2 delas possuem cursos somente presenciais; e uma delas cursos presenciais e híbridos, isto é, parte oferecida presencialmente e parte *on-line*. É importante destacar que das 19 instituições pesquisadas, 18 delas são privadas e confessionais e 1 delas é pública, a Universidade de São Paulo (USP).

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo da pesquisa descritiva qualitativa enfoca a identificação das inovações realizadas pelas instituições participantes da pesquisa e a percepção dos dirigentes dessas instituições com relação aos efeitos proporcionados por tais inovações. O enfoque a esse objeto de estudo se justifica em razão da inclusão da inovação nos novos instrumentos de avaliação como um dos fatores para promover a qualidade das instituições de ensino superior.

A análise dos dados coletados na pesquisa indica que as ações inovadoras são consideradas importantes para a qualidade, tanto para os cursos presenciais como em *e-learning*. Dos 31 participantes da pesquisa, 22 deles consideraram as ações inovadoras importante ou totalmente importante para a qualidade dos cursos presenciais. A mesma percepção ocorre para os cursos na modalidade *e-learning*: 23 consideraram as ações inovadoras importante ou totalmente importante para a qualidade dos cursos.

A pesquisa revela que o uso do recurso de fórum assíncrono, de biblioteca virtual e de aplicativos educacionais são os fatores mais associados a inovação relativa a recursos educacionais, tanto para cursos na modalidade presencial como para *e-learning*. Considerando-se somente os 21 representantes das 19 instituições que possuem cursos na modalidade *e-learning*, 19 dos respondentes concordam parcialmente ou concordam totalmente que o fórum é um importante recurso de comunicação para a aprendizagem do aluno; a *webconferência* é a segunda ferramenta mais importante, com 18 dos respondentes indicando que concordam parcialmente ou concordam totalmente que essa ferramenta também é um importante recurso de comunicação para a aprendizagem do aluno.

Em contrapartida, apesar da importância atribuída aos fóruns como recurso de comunicação para a aprendizagem do aluno, dos 21 respondentes da pesquisa, 17 deles indicaram que a medição dos fóruns é realizada por tutores, enquanto que somente 9 deles indicaram que é mediada por professores. As *webconferências*, apesar de não serem realizadas predominantemente por tutores, ainda apresentam uma baixa participação dos professores: somente 10 dos respondentes indicaram que são realizadas por professores e 8 que são realizadas por tutores.

Ainda com relação às instituições com cursos na modalidade *e-learning*, vale ressaltar que dos fatores que levaram essas IES a ofertar cursos na modalidade a distância, 13 dos respondentes concordam parcialmente ou concordam totalmente que a implantação ocorreu

devido a oportunidade de crescimento; enquanto que somente 10 dos pesquisados concordam parcialmente ou concordam totalmente que a implantação teve o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem.

Com relação a práticas instrucionais inovadoras, para cursos nas modalidades presencial e *e-learning*, as instituições participantes da pesquisa indicaram a implantação de metodologias ativas, como, por exemplo, sala de aula invertida. Além disso, indicou-se também o uso de gamificação, jogos de empresas e a Aprendizagem Baseada em Problemas.

Quanto à implantação de algum tipo de novas práticas organizacionais ou de gestão dos recursos humanos inovadora, foi citado pela maioria dos respondentes o treinamento dos profissionais para a modalidade *on-line* e a realização de reuniões, cursos e workshops objetivando desenvolver o potencial de gestores, professores, auxiliares de ensino, tutores, monitores e estagiários, assim como subsidiá-los dos objetivos e propósitos da IES. Com menor destaque, citou-se também a gestão de performance por indicadores de percepção e operacionais em ciclos semestrais e a contratação de tutores terceirizados, com base em sua experiência profissional prática e aderente a disciplina.

Avaliando-se os resultados da pesquisa, apesar da importância atribuída a inovação para a qualidade do ensino, verifica-se que os tipos de inovação educacional relatados pelos pesquisados, em especial as novas práticas instrucionais e organizacionais, indicam a implantação de uma nova prática para a respectiva instituição, mas não necessariamente uma inovação considerando-se todo o universo de instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento vem transformando-se em fonte básica de riqueza nacional e pessoal concedendo aos seus possuidores e usuários, de modo correspondente, fatia muito importante dessa riqueza. Essa visão utilitarista e de sobrevivência tem feito com que as IES se tornassem, empresas do conhecimento. Muda o foco de discussão sobre o mundo da educação. Preocupações distintas conduzem o tratamento dessas instituições para com os que deveriam ser os beneficiários dos produtos e serviços ofertados.

Uma IES deveria se encarregar de três responsabilidades a serem passadas aos estudantes das diversas disciplinas que as frequentam. Arranjar sistemas intelectuais de compreensão e transformação da realidade, desenvolvendo o pensamento crítico e analítico, construindo conhecimentos e aplicando técnicas, conforme as mais importantes prioridades da sociedade; avaliar moralmente as decisões e os rumos a seguir; e avaliar politicamente os meios para atingir facilmente e melhor os fins.

As IES exercem uma quantidade diversificada de funções não apenas para a subsistência concreta das pessoas. Também preservar o patrimônio cultural da história humana, elaborar sínteses compreensivas da sociedade, investigar e salvaguardar culturas, cultivar e vivificar os idiomas e contribuir para o fortalecimento da comunicação, bem como expandir os saberes e fazeres com todas as limitações existentes, é uma casa da sabedoria.

Sem ciência e tecnologia não nos desenvolveríamos, uma vez que se entende que a formação humana e o complexo do conhecimento (ciência, tecnologia e inovação) devem ter valor social e público. Educação não pode se restringir a projetos pedagógicos restritos.

Tudo isso, verificado nesta pesquisa, traz à tona uma nova pergunta a ser investigada: as instituições de ensino brasileiras têm se desenvolvido para a transformação da realidade, estão promovendo inovações ou acompanhando as tendências de práticas já consolidadas?

O objetivo da pesquisa descritiva qualitativa teve como foco de importância extrema e que serve para distinguir a qualidade do que é oferecido: A inovação.

A análise dessas leituras mostra que nos anos recentes as inovações pertinentes ao ensino e a aprendizagem enfatizam o uso das tecnologias da informação e da comunicação. Pouco há, na bibliografia consultada que possa ser visto como inovadora num sentido mais amplo.

A IES ou o curso ou ainda o professor que implanta novas ideias, práticas, métodos, técnicas, de fato está inovando, porém é uma inovação para si e não necessariamente é uma novidade para o ambiente educacional ou para a sociedade de maneira geral. A disrupção aparente ocorre até que ponto de fato?

Para ampliar e verificar essa tese, a pesquisa de campo, explora, via um questionário, a percepção dos respondentes que gentilmente atenderam à solicitação dos pesquisadores. Na percepção desses respondentes, os fatos apresentados colocam novas questões a partir da tabulação disponibilizada.

As respostas ao serem analisadas trouxeram a percepção das pessoas ligadas às IES exercendo suas atividades, como Diretor, Coordenador, professor, tutor.

Para cada um dos grupos as percepções têm respostas que se DIFERENCIAM ou se EQUIVALEM, especificamente em relação à qualidade que a inovação traz quando de sua aplicação, Claro está que a avaliação precisa ser feita e que deve vir acompanhada de parâmetros e ainda, que eles vem atrelados a políticas institucionais e nacionais e traz, então, novas questões que alimentarão possíveis novas pesquisas em futuros próximos.

Entre essas questões há:

O que a IES adotou como inovação é obrigatório pelas regras/normas do MEC?

A IES utilizando essas inovações obrigatórias apoia de que maneira aos envolvidos: estudantes, professores, coordenadores, tutores, etc.?

Esse apoio permite utilizar a contento a inovação e conseqüentemente permite a melhor qualidade do ensino/aprendizagem?

Na percepção dos inqueridos essa qualidade obtida é superior ou não àquela obtida antes de ocorrer a inovação?

Há como separar o que de fato consoma uma qualidade efetiva para o atingimento dos objetivos? (para cada uma das partes envolvidas, caracterizadas como diretores, professores, tutores, coordenadores, estudantes)

Agreguem-se ainda as ferramentas, as responsabilidades, o material instrucional, para ficarmos em alguns itens.

Por entender que as percepções sobre inovações enfatizam as TICs, o que se obtêm é um viés para a avaliação da qualidade nas modalidades on-line e híbridas.

Essa ênfase, faz com que a qualidade do ensino/ aprendizagem, via percepção dos respondentes recaia sobre as incorporações que as IES fizeram até o momento da pesquisa, nessa área e que nem sempre avaliam de fato os resultados (todos, se positivos ou não, obtidos).

Faz-se necessário repensar a relação entre avaliação de desempenho dos envolvidos assim como se enfatiza o do estudante, mas talvez e aí para todos, de uma forma que de fato o obrigue a mostrar o quanto estão inseridos, participam e colhem como fruto desse processo. O processo é um todo que carrega três grandes características que precisam ser verificadas, avaliadas e constantemente retomadas. Entende-se que são elas: a flexibilidade, a integração e a revisão de modelo.

REFERÊNCIAS

- Garvin, D. A. (1992). *Gerenciando a qualidade*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Folha (2018, janeiro 28). *Cade reprova compra da rede de ensino superior Estácio pela Kroton*. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 2017. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1896900-cade-reprova-compra-da-rede-de-ensino-superior-estacio-pela-kroton.shtml>.
- Estadão (2018, julho 22). *Muito dinheiro, educação ruim*. São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, 22 jul. 2018. Retirado de <https://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,muito-dinheiro-educacao-ruim,70002410165>.
- Inep (2018). *Censo da Educação Superior 2017 - Notas Estatísticas*. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Retirado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf
- Inep (2017a, agosto 31). *Censo da Educação Superior 2016 – Apresentações*. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Retirado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf.
- Inep (2017b, outubro). *Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Retirado de <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>.
- Inep (2017c, outubro). *Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Retirado de <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>.
- Inep (n.d.). *Educação a Distância*. Retirado de <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ead>.
- Langrafe, T. de F. e Fischmann, A. A. (2014). *Avaliação e Indicadores em Instituições de Ensino Superior*. In: Administração de Instituições de Ensino Superior – pp. 123 – 140. Campinas SP, Alinea.
- Oliveira, D. de P. R. de (2011). *Governança corporativa na prática*. São Paulo: Atlas.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2014). *Measuring innovation in education: a new perspective*. Paris: OECD. Retirado de http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/measuring-innovation-in-education_9789264215696-en#.Wcwp2hSyM8.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005). *Oslo Manual: guidelines for collecting and interpreting innovation data*. Paris: OECD, 2005. Disponível em: < https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oslo-manual_9789264013100-en#page3>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Pereira, R. da S. (2004). *Evolução Qualitativa na Educação Superior*. In: Oliveira, O. J. (org.) *Gestão da Qualidade – Tópicos Avançados* – p. 225-237. São Paulo, Cengage Learning.

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino superior no Estado de São Paulo (2018). *Novos instrumentos de avaliação favorecem a inovação nas IES*. São Paulo: SEMESP. Retirado de <http://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Novos-instrumentos-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-favorecem-inova%C3%A7%C3%A3o-nas-IES-1.pdf>.

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (2014). *Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. SASE, 2014. Retirado de http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf.

Secretaria de educação a distância (2007). *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância*. Brasília: SEED – Secretaria de educação a distância. Retirado de <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>.

Vico Mañas, A. (2004). *Inovação e Competitividade – Um enfoque na qualidade*. In: Oliveira, O. J. (org.) *Gestão da Qualidade – Tópicos Avançados* – p. 21-41. São Paulo, Cengage Learning.